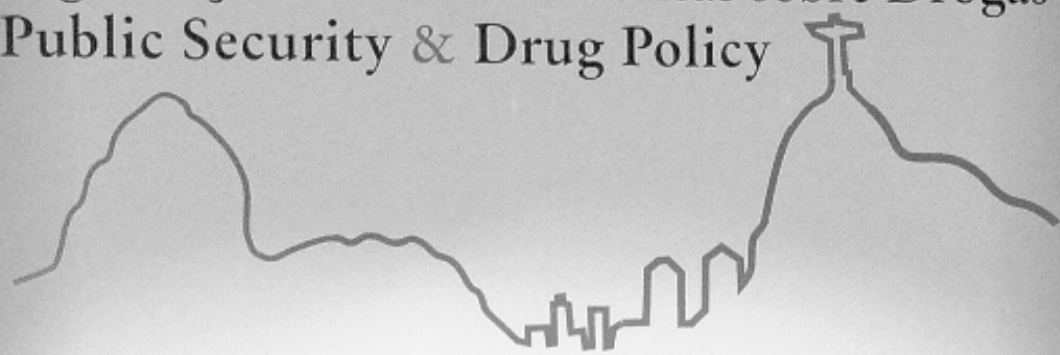


Primeira Parte

SEGURANÇA PÚBLICA E A PROBLEMÁTICA DAS DROGAS

Rio Simpósio Internacional 25-27 Fevereiro 2008

Segurança & Políticas Públicas sobre Drogas Public Security & Drug Policy



THE SPANISH...
...do Rio de Janeiro
...Nacional Antidrogas
...Gabinete de Segurança
...Instituto

SEGURANÇA PÚBLICA E A PROBLEMÁTICA DAS DROGAS

A primeira sessão temática do simpósio dedicou-se ao tema da Segurança Pública e a Problemática das Drogas. Autoridades brasileiras e internacionais que atuam diretamente na redução da oferta e da demanda de drogas fizeram exposições demonstrando o impacto que a problemática das drogas tem no dia a dia das atividades de segurança pública, e quais os caminhos que estão sendo adotados para a minimização do problema.

O mediador da sessão, Vitalino Canas, deputado português e conselheiro sênior do ICOS, referiu que atualmente existe uma confluência entre Brasil e Europa no tocante à visão multidisciplinar e multidimensional adotada sobre a segurança pública e a problemática das drogas. Segundo Canas, o Brasil distancia-se de políticas essencialmente centradas na repressão, e é hoje um dos países mais progressivos e inovadores. Cita como exemplos o Pronasci e a Lei 11.343 (Lei das Drogas) que, nas suas palavras, demonstra uma concessão progressiva e correta.

O Gal. Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas, iniciou sua apresentação avaliando as dimensões do Brasil e a sua situação geográfica que propiciam o trânsito e o consumo de drogas. O Gal. Uchôa descreveu a elaboração da

política nacional antidrogas, com ênfase na integração dos esforços federais e estaduais, e a sua atualização e harmonização com a Constituição e as normas da ONU. Referiu que em 2006, é aprovada lei que dá maior ênfase à recuperação do usuário em lugar de seu encarceramento, e de redução da demanda por drogas.

Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal, contextualizou o papel de sua instituição no combate ao problema das drogas, no quadro da Política Nacional Antidrogas. Com esta Política, a PF passou a centralizar as atividades relativas à oferta e repressão, e a articular-se com outras instituições do governo relacionadas, transferindo às forças estaduais capacidade de investigação e repressão. Corrêa apontou também outros campos de atenção da PF: relação com polícias estrangeiras, aperfeiçoamento da inteligência da PF e expansão de sua capacidade, para responder às crescentes demandas de serviço.

Antônio Carlos Biscaia, então Secretário Nacional de Segurança Pública, discutiu a questão sob o prisma da SENASP. O Secretário enfatizou o papel da legislação de 2006, mas alertou para a falta de eficiência do sistema judiciário no tratamento dos casos. Por fim, Biscaia apresentou as funções da SENASP, inicialmente de apoio

ao combate às drogas e atualmente de coordenação do PRONASCI, que associa políticas de segurança pública a medidas de inclusão social.

José Luís Lopes da Mota, Presidente da Eurojust, referiu que a criminalidade organizada aproveita-se das facilidades criadas pela globalização, sendo o tráfico de drogas o mais importante segmento da indústria internacional do crime. O problema das drogas deve ser alvo de intervenção multidisciplinar de forma a prevenir efeitos nocivos como a sobreincriminação. Maior cooperação e coordenação internacional são elementos chave para que a polícia e a justiça estejam à altura de lidar com esta criminalidade econômica e lucrativa, detectando o crime, julgando e condenando os seus autores e evitando situações danosas como a incriminação da pobreza. A este propósito, Lopes da Mota apresentou a Eurojust como um “laboratório” de cooperação judiciária ao nível mundial, já que visa estimular e promover a coordenação sempre que casos de criminalidade envolvam dois ou mais estados.

Raymond Kendall, Secretário Geral Honorário da Interpol e Conselheiro Sênior do ICOS, referiu que, tal como declarado na sessão especial da ONU em 1998, as drogas são uma ameaça perigosa que afeta todas as sociedades. Nesse sentido, sublinhou que é preciso equilibrar a repressão com a redução da demanda. Kendall apontou o PRONASCI como uma iniciativa que reconhece a natureza multidisciplinar com que deve ser abordado o problema das drogas e provisão de segurança. O conselheiro do ICOS falou ainda da ineficiência das ocupações periódicas da polícia nas zonas interditas onde o estado não controla. Concluiu

afirmando a importância da segurança, uma vez que a mesma não poderá ser obtida sem desenvolvimento.